

HUMANAS E SOCIAIS
V.12 • N.3 • 2025 • Publicação Contínua

ISSN Digital: 2316-3801
ISSN Impresso: 2316-3348
DOI: 10.17564/2316-3801.2025v12n3p471-484



ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E/OU MOBILIDADE REDUZIDA: UM ESTUDO NO TEATRO MUNICIPAL DE VARGINHA-MG

ACCESSIBILITY FOR PEOPLE WITH DISABILITIES
AND/OR REDUCED MOBILITY: A STUDY IN THE MUNICIPAL
THEATER IN VARGINHA-MG

ACCESIBILIDAD PARA PERSONAS CON DISCAPACIDAD
Y/O MOVILIDAD REDUCIDA: UN ESTUDIO EN EL TEATRO
MUNICIPAL DE VARGINHA-MG

Jaqueslei Delfino de Delfino de Oliveira¹
Gladis Camarini²
Lia Lorena Pimentel³

RESUMO

A garantia da acessibilidade em espaços de entretenimento emerge como um direito fundamental para todas as pessoas, principalmente aquelas que enfrentam desafios decorrentes de deficiências ou limitações físicas, seja de forma permanente ou temporária. No entanto, existem muitos espaços que negligenciam os padrões estabelecidos por normativas e leis, comprometendo, assim, a efetiva inclusão social desses indivíduos. Este estudo propôs analisar as condições de acessibilidade no teatro municipal de Varginha, município do Sul de Minas Gerais. A coleta de dados envolveu a aplicação de um questionário a frequentadores do local (116 participantes), além de visitas técnicas acompanhadas de registros fotográficos, visando uma avaliação detalhada das condições de acessibilidade. Os resultados da análise revelaram lacunas significativas na acessibilidade, em especial a ausência de pisos táteis e de sinalização e informação em Braille para auxílio no deslocamento de pessoas com deficiência visual. Observou-se também a necessidade de criação de um estacionamento próprio para o teatro para facilitar o acesso das pessoas com dificuldades de deslocamento.

PALAVRAS-CHAVE

Acessibilidade. Pessoas com Deficiência. Mobilidade Reduzida. Espaços Culturais.

ABSTRACT

Ensuring accessibility in entertainment venues is emerging as a fundamental right for all people, especially those who face challenges due to disabilities or physical limitations, whether permanent or temporary. However, there are many venues that neglect the standards established by regulations and laws, thus compromising the effective social inclusion of these individuals. This study aimed to analyze the accessibility conditions at the municipal theater in Varginha, a city in southern Minas Gerais. Data collection involved administering a questionnaire to theatergoers (116 participants), as well as technical visits accompanied by photographic records, with the aim of conducting a detailed assessment of accessibility conditions. The results of the analysis revealed significant gaps in accessibility, especially the absence of tactile floors and signage and information in Braille to assist visually impaired people in moving around. The need to create a dedicated parking lot for the theater to facilitate access for people with mobility difficulties was also observed.

KEYWORDS

Accessibility; People with disabilities; reduced mobility; cultural spaces

RESUMEN

La garantía de accesibilidad en los espacios de entretenimiento se perfila como un derecho fundamental para todas las personas, especialmente aquellas que enfrentan desafíos derivados de discapacidades o limitaciones físicas, ya sean permanentes o temporales. Sin embargo, hay muchos espacios que descuidan los estándares establecidos por las normas y leyes, comprometiendo así la inclusión social efectiva de estas personas. Este estudio se propuso analizar las condiciones de accesibilidad en el teatro municipal de Varginha, municipio del sur de Minas Gerais. La recopilación de datos implicó la aplicación de un cuestionario a los asistentes al lugar (116 participantes), además de visitas técnicas acompañadas de registros fotográficos, con el fin de realizar una evaluación detallada de las condiciones de accesibilidad. Los resultados del análisis revelaron importantes deficiencias en materia de accesibilidad, en particular la ausencia de suelos táctiles y de señalización e información en braille para ayudar a las personas con discapacidad visual a desplazarse. También se observó la necesidad de crear un estacionamiento propio para el teatro a fin de facilitar el acceso de las personas con dificultades de movilidad.

PALABRAS CLAVE

Accesibilidad. Personas con discapacidad. Movilidad reducida. Espacios culturales..

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, as pessoas com deficiência são aquelas que enfrentam limitações devido às condições físicas, intelectuais, mentais ou sensoriais que, quando associadas a barreiras arquitetônicas, podem restringir sua inclusão na sociedade (Mendonça Júnior; Coutinho, 2021). Portanto, as cidades têm a responsabilidade de assegurar acessibilidade e inclusão social para toda a população, em especial ao acesso aos espaços públicos ou privados de uso coletivo, uma vez que se deve garantir igualdade de oportunidades para todos (Chinelli *et al.*, 2021).

Segundo a Lei 10.098 de 2000 (Brasil, 2000), a acessibilidade é entendida como a oportunidade e a condição para alcançar, com segurança e independência, diversos elementos, tais como espaços, mobiliário, equipamentos urbanos, edifícios, transporte, informação e comunicação, assim como sistemas e tecnologias correlatas. Além disso, são abrangidos outros serviços e instalações acessíveis tanto ao público quanto ao privado, de uso coletivo, em áreas urbanas ou rurais, por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (Brasil, 2000).

Desse modo, a acessibilidade proporciona autonomia e mobilidade a todos os indivíduos, inclusive àqueles que enfrentam alguma limitação física ou dificuldade na comunicação, para que possam acessar os espaços de forma mais segura e conveniente. No entanto, as pessoas com deficiência (PCD) ou mobilidade reduzida (DMR) muitas das vezes enfrentam obstáculos na interação sociocultural. Portanto, os espaços acessíveis desempenham um papel fundamental no desenvolvimento de atividades cotidianas e nas relações interpessoais, tendo um impacto direto na qualidade de vida dessas pessoas (Araújo *et al.*, 2018).

Dentro desse contexto, a acessibilidade se apresenta como uma das formas de promover a inclusão das PCD ou DMR na convivência social. Isso ocorre por meio de uma abordagem focada no indivíduo e nas condições acessíveis dos espaços, equipamentos, mobiliário, bens e serviços. Além disso, também representa a melhoria e otimização dos acessos e deslocamentos seguros e autônomos, resultando em uma relação direta entre maior nível de independência, melhor qualidade de vida e igualdade de oportunidades no acesso pleno a todos os tipos de espaços, bens ou serviços.

Esse processo contribui significativamente para a inclusão social (Santos Dias; Nascimento Nono; Gama Raiol, 2017), que pode ser compreendida como o processo aprimorado para promover a convivência de um indivíduo considerado diferente dos demais membros da sociedade, passando a ser tratado como igual na comunidade. A sociedade se prepara e se adapta para acolher pessoas com deficiência em todas as esferas de convívio social, como educação, trabalho, saúde, esporte, lazer, cultura, assistência social e acessibilidade (Almeida; Gonçalves, 2013).

Dessa forma, as pessoas com deficiência expressam o desejo de estabelecer conexões sociais, seja para fazer novas amizades, obter oportunidades de trabalho, desfrutar de atividades de lazer ou esportivas, frequentar teatros, cinemas, estádios de futebol e outros locais. Em outras palavras, elas anseiam por inclusão social. Além disso, a inclusão social, por sua vez, tem um impacto positivo na qualidade de vida individual e familiar, promovendo uma melhora na saúde mental e física, elevando a autoestima e garantindo mais oportunidades para todos os indivíduos na sociedade (Meys; Hermans; Maes, 2021).

Considerado o exposto, o presente estudo teve como objetivo analisar a acessibilidade e a inclusão de PCD e DMR em um espaço de entretenimento, com o propósito de determinar se essas pessoas têm as mesmas oportunidades de acesso que as demais ao espaço. Com o intuito de obter uma compreensão abrangente, escolheu um local de frequência do público, o teatro Municipal de Varginha, inaugurado em 1927, e oferece uma variedade de eventos culturais, como peças teatrais, exposições, eventos públicos e privados, e shows, sendo relevante na vida cultural da população local.

2 METODOLOGIA

Neste estudo, adotou-se uma abordagem qualitativa, utilizando a aplicação de um questionário como método de coleta de dados. O objetivo fundamental desta etapa consistiu em uma investigação empírica sobre a acessibilidade desse espaço. O questionário foi aplicado a 116 frequentadores deste local que possuem alguma deficiência ou mobilidade reduzida, bem como àqueles que convivem com eles, pois os acompanham nas atividades culturais. O propósito foi obter informações sobre suas percepções, experiências e desafios relacionados à acessibilidade desses espaços de entretenimento. Os questionários receberam um número de 1 a 116, de modo a preservar o anonimato dos participantes.

Além disso, como complemento à pesquisa, foi conduzida uma visita técnica *in loco* quando se aplicou um checklist por meio de uma adaptação do método *walkthrough*, acompanhada de registros fotográficos, utilizando a experiência empírica do pesquisador, pessoa com deficiência física. Da mesma forma, foram feitas medições nos ambientes do teatro para observar o cumprimento das normas técnicas. Esse procedimento permitiu detalhar com maior precisão as condições de acessibilidade das instalações, seu atendimento à NBR 9050 (ABNT, 2020), proporcionando uma visão completa das barreiras e facilidades encontradas pelos indivíduos PCD e/ou DMR e seus acompanhantes.

Dado que a pesquisa envolveu a participação de seres humanos, o estudo foi submetido à avaliação e aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa. O propósito central deste comitê é assegurar a proteção dos interesses, integridade e dignidade dos participantes da pesquisa, em total conformidade com os padrões éticos e sociais estabelecidos internacionalmente. A pesquisa recebeu a aprovação oficial e registrada com o número CAAE 5.728.510.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A fim de conhecer o perfil dos respondentes, foram levantadas algumas informações sociodemográficas, como idade, sexo, estado civil, escolaridade, dificuldade de locomoção, se convive com alguém que tem mobilidade reduzida e o tipo de auxílio para locomoção.

Observou-se que a maioria dos participantes da pesquisa está na faixa etária abaixo dos 39 anos (63%). Dentro desse grupo, os solteiros representavam 37% e os casados ou em união estável eram 59% da amostra. A maioria dos participantes possui apenas o ensino médio completo (47%), enquanto 15% têm concluído o ensino superior e 10% possuem pós-graduação completa (*lato sensu*). Importante destacar que, dentre os respondentes da pesquisa, 25% possuem alguma mobilidade reduzida, sendo 10% usuários de cadeira de rodas.

3.1 ACESSO AO ESPAÇO

O acesso ao teatro por portas e portões principais recebeu avaliações positivas dos participantes da pesquisa, ou seja, 71% para o teatro (FIGURA 1).

Figura 1 – Acesso e parte interna da entrada do Teatro Municipal



Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

A entrada principal não só oferece acesso direto ao piso principal do local, mas também apresenta dimensões satisfatórias que facilitam a entrada sem qualquer dificuldade. No entanto, o teatro não oferece uma rota acessível que conecte a entrada aos principais ambientes de acesso ao público, tais como banheiros, bares, bebedouros e outros. Essa falta de conectividade dificulta a locomoção de pessoas em cadeira de rodas e representa um desafio ainda maior para o deslocamento das pessoas

com deficiência visual. Muitas vezes os PCD precisam constantemente desviar das demais pessoas que circulam dentro do local, tornando o deslocamento desafiador e inseguro.

A NBR 9050 (ABNT, 2020) estabelece que qualquer espaço ou edificação de uso público ou coletivo deve dispor de uma ou mais rotas acessíveis, garantindo um percurso contínuo, livre de obstáculos, e devidamente sinalizado, conectando harmoniosamente os ambientes internos e externos. Tais rotas devem ser planejadas para permitir o uso autônomo e seguro por todas as pessoas (ABNT, 2020). As rotas acessíveis internas são interligadas aos corredores, rampas, escadas, pisos, elevadores e outros componentes que facilitam a circulação (ABNT, 2020).

Nenhum dos espaços do Teatro oferece piso tátil ou informações em Braille para facilitar o deslocamento e as informações para as pessoas com deficiência visual, o que dificulta ainda mais o seu acesso aos ambientes em cada espaço. A NBR 16537 estabelece que os pisos táteis podem ser identificados pelo seu relevo e luminância contrastantes em comparação ao piso adjacente, tendo como objetivo constituir um alerta ou uma linha-guia para a orientação de pessoas com deficiência visual (ABNT, 2016).

Para melhorar a acessibilidade nesses espaços e facilitar a orientação das pessoas com deficiência visual, sugere-se a criação de mapas táteis estrategicamente localizados. Esses mapas, complementados com as informações em Braille, proporciona uma valiosa ferramenta de orientação, permitindo que as pessoas com deficiência visual se desloquem com mais independência e com segurança nestes e em qualquer ambiente.

3.1.1 SETOR ADMINISTRATIVO

O setor administrativo é responsável pela comercialização de ingressos. Está estrategicamente localizado próximo à entrada, o que o torna facilmente acessível para pessoas DMR que utilizam as rotas apropriadas. No entanto, observa-se que este espaço não conta com um balcão especialmente adaptado para atendimento. Em vez disso, há apenas uma mesa com cadeiras posicionadas em direção à roleta de entrada, que está instalada logo na entrada do Teatro. Apesar dessa limitação, é possível fornecer atendimento adequado a uma pessoa em cadeira de rodas na lateral da mesa, permitindo uma manobra completa de 180°, em conformidade com a NBR 9050 (ABNT, 2020). Os participantes da pesquisa avaliaram como positiva a qualidade do piso (74%), bem como a sinalização para a venda de ingressos (69%).

Contudo, notou-se o atendimento às necessidades das pessoas com deficiência visual ficou ausente. Observou-se que não havia pisos táteis para orientação no deslocamento e a falta de informações em Braille. Nesse contexto, a implementação de soluções adicionais, como informações em Braille, audioguias, ou a presença de pessoal treinado para auxiliar esse público, poderia melhorar a acessibilidade.

3.1.2 ESTACIONAMENTO

O teatro não tem estacionamento próprio. No entanto, os participantes fizeram algumas colocações, descritas a seguir.

“Necessário de um estacionamento no local, pois não há como estacionar veículo”. (Participante 7).

“Necessário de um estacionamento no local já que não há nenhum. E o embarque e desembarque é na rua. Dessa forma não trazendo segurança nenhuma”. (Participante 8).
“Sou cadeirante e para chegar até o local passo por diversas dificuldades. Como não ter um estacionamento ao lado, muitas das vezes têm que estacionar longe, com isso a dificuldade de deslocar é muito grande, pois dependendo do local que estacionar vai ter muitos obstáculos no caminho, como piso irregular, calçada não rebaixada ou muito estreita, fora também, que dependendo do horário o fluxo de pessoa é muito grande que dificulta se locomover”. (Participante 11).

A sugestão dos participantes 7 e 8, em relação à criação de um estacionamento exclusivo para o teatro, merece uma atenção especial, representando uma proposta tangível para atender às necessidades específicas desse espaço cultural.

Tais medidas não apenas visam suprir as demandas de estacionamento, mas também buscam aprimorar a experiência dos frequentadores, promovendo maior comodidade e acessibilidade no espaço analisado. Dessa forma, a implementação dessas melhorias não só atende às preocupações levantadas, mas também contribui para elevar a qualidade e a funcionalidade desses locais.

Conforme ressaltado por Miranda *et al.* (2018), o estacionamento assume um papel fundamental em qualquer estratégia de mobilidade, estabelecendo uma conexão direta com a acessibilidade, utilização e qualidade do espaço público. Importante, também observar que tanto os estacionamentos públicos quanto os privados devem alocar 5% das vagas para idosos e 2% para pessoas com deficiência. Além disso, pelo menos uma vaga deve ser devidamente sinalizada, seguindo especificações e traçados em conformidade com as normas estabelecidas pela NBR 9050 (ABNT, 2020).

3.1.3 CIRCULAÇÃO VERTICAL

No que se refere à circulação vertical (Figura 3), a maioria dos participantes da pesquisa, 72% deram sua aprovação às escadas do teatro. As dimensões satisfatórias receberam avaliações positivas de 68% dos participantes. Além disso, as escadas foram consideradas seguras, com 75% de aprovação.

Em relação à sinalização visual e tátil, observou-se 59% de aprovação. Apesar desta aprovação, na visita técnica notou-se a falta de sinalização para deficientes visuais.

Além disso, para que uma escada seja considerada acessível, a norma recomenda uma largura mínima de 1,20 metros, acompanhada da presença de guia de balizamento e corrimão contínuo em suas laterais. Essas características são fundamentais para possibilitar o uso seguro e autônomo por parte de pessoas com deficiência, idosos ou indivíduos com mobilidade reduzida (ABNT, 2020).

3.1.4 SANITÁRIOS

O teatro obteve uma avaliação positiva deste quesito. Embora avaliado positivamente, a visita técnica constatou a existência de apenas um banheiro unissex acessível, próximo à entrada principal.

O banheiro atende às dimensões e critérios mínimos exigidos pela norma, dispondo de barras de apoio para facilitar a transferência para a bacia sanitária, além de um lavatório sem coluna com altura adequada para todos os usuários (Figura 2). No entanto, vale ressaltar que apresenta um aspecto

crítico em termos de segurança, uma vez que o piso não é antiderrapante. Essa característica representa uma preocupação em relação à segurança de indivíduos com mobilidade reduzida.

A NBR 9050 estabelece que os banheiros acessíveis em espaços públicos e coletivos devem estar estrategicamente posicionados ao longo de rotas acessíveis, próximos à circulação principal ou interligados aos demais banheiros. Em outras palavras, é importante evitar a localização isolada, especialmente em emergências ou quando há necessidade de auxílio. Banheiros acessíveis devem dispor de uma entrada independente, permitindo que pessoas com deficiência possam utilizá-los acompanhadas de um terceiro de sexo oposto, conforme previsto pela ABNT (2020).

Figura 2 – Avaliação do sanitário do teatro



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Portanto, de acordo com as diretrizes da Norma 9050, é necessário que os materiais utilizados para revestimento ou acabamento ofereçam uma superfície regular, firme e estável, que não cause trepida-

ção. Além disso, esses materiais devem ser antiderrapantes, independentemente das condições, seja em ambiente seco ou molhado. Essas especificações têm como objetivo garantir que os indivíduos não experimentem qualquer sensação de insegurança ao se deslocarem sobre esses materiais (ABNT, 2020).

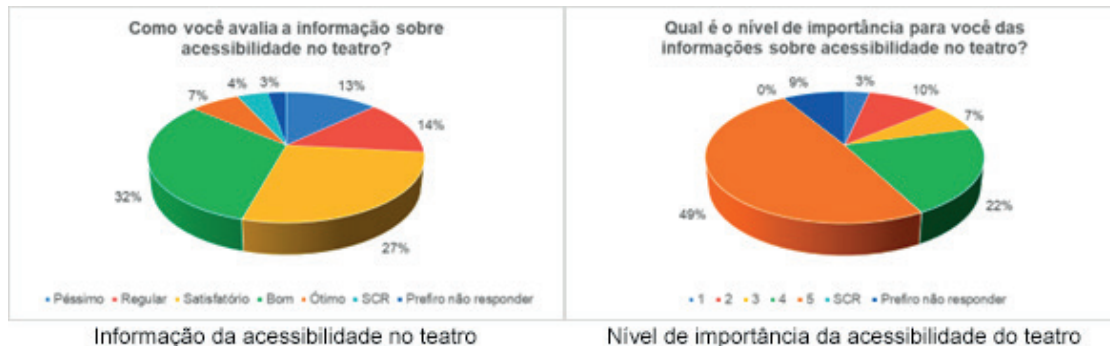
Essas observações destacam a necessidade de considerar não apenas os aspectos normativos em termos de dimensões e sinalização, mas também fatores cruciais como a segurança do piso. A implementação de pisos antiderrapantes é fundamental para proporcionar um ambiente seguro e acessível, especialmente para aqueles com mobilidade reduzida, contribuindo para a experiência positiva e bem-estar de todos os usuários que frequentam algum dos espaços.

3.2 AVALIAÇÃO E IMPORTÂNCIA DA ACESSIBILIDADE NO ESPAÇO ESTUDADO

No âmbito das informações sobre acessibilidade geral no teatro (Figura 3), foi constatado que 66% dos participantes consideraram positiva.

Embora o teatro esteja equipado com a maioria das acessibilidades necessárias para atender às PCD e/ou DMR, tais como área exclusiva para cadeiras de rodas, banheiros adaptados e bilheteria acessível, elementos fundamentais para a inclusão dessas pessoas nos espaços de entretenimento, ainda há a necessidade de implementar rotas acessíveis e pisos táteis para facilitar o deslocamento das pessoas com deficiência visual dentro do espaço.

Figura 3 – Acessibilidade nos espaços estudados



Legenda: SCR = Sem Condições de Responder

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Destaca-se que a maioria dos participantes atribuiu a nota máxima (cinco) em relação ao nível de importância dessas informações (FIGURA 3).

Esse dado confirma a importância das informações sobre acessibilidade para os frequentadores do espaço. Diante desses resultados, evidencia-se a necessidade de melhorias significativas na comunicação das informações de acessibilidade aos usuários, visando proporcionar uma experiência mais inclusiva e acessível para todos.

Espaços públicos e privados devem estar preparados para atender a todas as necessidades dos diversos públicos, principalmente as PCD e/ou DMR. Para isso, é necessário levar em consideração os parâmetros de acessibilidade nos novos projetos ou nas reformas destes espaços já existentes que permitirá o acesso a todos os ambientes, sem restrições arquitetônicas alguma para os frequentadores que estão presentes no local.

As pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida apresentam condições e limitações diversas; porém, os seus desejos pela experimentação nos espaços não são diferentes dos demais indivíduos que frequentam o mesmo local. Portanto, para que todos os usuários tenham a condição de frequentar os espaços de forma igualitária, é necessário que seja colocado em prática o conhecimento dos direitos já conquistados por meio das Normas e Leis de acessibilidade (Secron; Duarte, 2020).

Desta forma, a limitação física em si não é o agente causador da imobilidade das pessoas com DMR, mas sim a falta de adaptações nos espaços que são frequentados por elas. Desse modo, as barreiras arquitetônicas aplicam mais obstáculos para as pessoas com DMR na sua inclusão na sociedade do que as suas limitações funcionais (Pivetta *et al.*, 2020).

Pivetta *et al.* (2020) ressalta que a acessibilidade nos espaços não deve ser entendida apenas como um conjunto de leis e normas que favorecem as pessoas com DMR, mas sim medidas técnico-sociais que tem como objetivo garantir o acolhimento de todos os indivíduos. Portanto, ao pensar em planejar um espaço acessível, principalmente aqueles destinados ao lazer, é caminhar rumo a uma sociedade mais inclusiva, de modo a garantir melhor autonomia e independência para as pessoas com DMR.

O lazer é uma ferramenta que deve ser considerada sob a perspectiva da acessibilidade, visto que é uma necessidade universal. Envolve a vivência lúdica em várias práticas culturais e desempenha um papel fundamental na melhoria da qualidade de vida. No entanto, na realidade, observamos que o lazer não proporciona satisfação a todas as pessoas, especialmente devido às desigualdades presentes na sociedade, que afetam de forma significativa às pessoas DMR.

Portanto, a questão da acessibilidade ao lazer depende de políticas públicas que priorizem o cumprimento dos direitos sociais e promovam a inclusão de forma equitativa. As desigualdades criam lacunas profundas que prejudicam a vida das pessoas que não têm pleno acesso à participação na vida social. Assim, uma política de inclusão permite o reconhecimento e a valorização das necessidades individuais, impulsionando o desenvolvimento social e humano (Bahia; Lima, 2011). Isso se traduz em um compromisso mais amplo com a igualdade de oportunidades para todos, independentemente de suas circunstâncias, para que todos possam desfrutar plenamente dos benefícios do lazer e da participação social.

4 CONCLUSÃO

Por meio deste estudo, realizou-se uma análise das condições de acessibilidade no teatro municipal de Varginha, município do Sul de Minas. O objetivo foi investigar se as pessoas com deficiência ou algum tipo de limitação física possuem oportunidades para participar das atividades realizadas neste

local por meio de questionário e visita técnica ao local. Os resultados obtidos representaram tanto aspectos positivos quanto negativos que necessitam de melhorias.

Na análise da avaliação dos participantes da pesquisa e da visita técnica, foi constatado que o teatro não possui uma rota acessível para o deslocamento de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Além disso, há ausência de pisos táteis, sinalização e informações em Braille, dificultando o deslocamento nos diferentes ambientes do local, como bilheteria, estacionamento e bebedouro. A falta de uma rota acessível faz com que essas pessoas se vejam constantemente obrigadas a desviar de outras que circulam, principalmente perto da entrada/saída de algum dos espaços.

Outro ponto negativo levantado pelos participantes da pesquisa e durante a visita técnica foi o estacionamento. A ausência de um estacionamento próprio para o teatro faz com que o público tenha que estacionar nas proximidades, tornando-se uma tarefa árdua principalmente para as pessoas com DMR, devido à localização do teatro, no centro da cidade. Essa situação não só aumenta o deslocamento até o espaço, principalmente para esse público, mas também afeta negativamente a experiência daqueles que desejam participar das atividades do teatro.

Portanto, embora os espaços públicos ofereçam atividades e busquem atender a todos os tipos de público, ainda há uma significativa carência de acessibilidade para garantir a inclusão plena, especialmente das pessoas com deficiência visual. O teatro não está devidamente preparado para suprir as necessidades desse público específico, uma vez que não disponibilizam pisos táteis e sinalizações adequadas que facilitem a locomoção e a orientação espacial dessas pessoas. A falta de informações sobre acessibilidade é um aspecto recorrente apontado pela maioria dos participantes da pesquisa, enfatizando a importância crucial dessas informações para promover um acesso descomplicado e igualitário a todos os indivíduos.

Para garantir a inclusão plena, é fundamental que os espaços públicos sejam adaptados de acordo com as normas e diretrizes de acessibilidade, implementando pisos táteis estrategicamente posicionados, sinalizações claras e visíveis, além de informações acessíveis em formatos adequados, como Braille e áudio. Além disso, a capacitação dos profissionais envolvidos é imprescindível para que possam prestar um atendimento adequado e inclusivo às pessoas com deficiência visual, compreendendo suas necessidades específicas e oferecendo suporte quando necessário.

Neste sentido, os gestores municipais e destes espaços públicos devem reconhecer a importância da acessibilidade como um direito fundamental de todos os cidadãos e promover ações concretas para superar as barreiras existentes. Investir em melhorias na infraestrutura, fornecer treinamentos para a equipe e promover campanhas de conscientização são passos essenciais para transformar esses locais em espaços verdadeiramente acessíveis e acolhedores para todos. Somente assim poderemos alcançar uma sociedade inclusiva, onde todas as pessoas, independentemente de suas habilidades ou condições, possam desfrutar plenamente dos espaços públicos e das atividades oferecidas.

A inclusão e a acessibilidade são direitos fundamentais de todos os cidadãos. É responsabilidade de toda a sociedade trabalhar em conjunto para criar espaços acolhedores, acessíveis e verdadeiramente inclusivos, onde todas as pessoas possam participar plenamente da vida social, cultural e esportiva.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq pela concessão das bolsas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alex Serrano; GONÇALVES, Renata Braz. Inclusão social e suas abordagens na Ciência da Informação: análise da produção científica em periódicos da área de Ciência da Informação no período de 2001 a 2010. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 18, n. 37, p. 239-264, 2013.

ARAÚJO, Livia Mara de; ARAÚJO, Antônia Eliana de; PONTE, Keilla Maria de. Azeredo; VASCONCELOS, Lourdes Claudênia. Pessoas com deficiências e tipos de barreiras de acessibilidade aos serviços de saúde-revisão integrativa. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental**, Rio de Janeiro, Brasil, v. 10, n. 2, p. 549-557, 2018.

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Normas Técnicas - **ABNT. NBR 9050/2020**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2020.

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Normas Técnicas - **ABNT. NBR 16537/2016**: Acessibilidade - Sinalização tátil no piso - Diretrizes para elaboração de projetos e instalação. Rio de Janeiro, 2016.

BAHIA, Mirleide Chaar; LIMA, Paulo César. Acessibilidade e Inclusão Social nas Políticas Públicas de Lazer. In: Soares, Artemis *et al.* (org.). **Diagnóstico do Esporte e Lazer na Região Norte Brasileira – o existente e o necessário**. Manaus: EDUA, p. 28-43, 2011.

BRASIL. **Lei nº 10.098**, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm. Acesso em: 16 de janeiro de 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 16 de janeiro de 2023.

CHINELLI, Christine Kowal.; PERLINGEIRO, Mayra Soares Pereira Lima; FAZZIONI, Paulo F. P. C; FAÍSCA, Renata Gonçalves, PERLINGEIRO, Rogério Moreno. Mobilidade e Acessibilidade. **Smart Cities**, v. 1, n. 1, p. 127-133, 2021.

MENDONÇA JÚNIOR, João Paulo Vasconcelos; COUTINHO, Mauro Margalho. Uma reflexão acerca da Acessibilidade, na Metrópole de Belém do Pará, analisada no contexto das Cidades Inteligentes. **Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade**, v. 11, n. 1, 2021.

MACHADO, Ana Paula Favarim; MEDEIROS, Diego Piovesan. O design de sinalização auxiliando na mobilidade de pessoas com deficiência visual no transporte público. **Revista Vincici - Periódico Científico do UniSATC**, v. 4, n. 2, p. 48-80, 2019.

MEYS, Evy; HERMANS, Koen; MAES, Bea. Using an ecological approach to grasp the complexity of social inclusion around a person with a disability. **Disability and Health Journal**, v. 14, n. 4, p. 101152, 2021.

MIRANDA, Gabrielle Helene Fiel; NERIS, José Diego Rodrigues; SILVA, Wallace Machado da; SILVA, Lucas Lima da; SANTOS, Marlon Braga dos. Diretrizes para Regulamentação de Áreas para Estacionamento em Vias Públicas da Cidade de Tucuruí. **Congresso de Pesquisa e Ensino em Transportes**, 32, ANPET, 2018. **Anais [...]**, Gramado-RS, 2018. p. 3129-3159. Disponível em: <https://www.anpet.org.br/anais32/>. Acesso em: 15 abr. 2024.

SANTOS DIAS, Daniella Maria dos; NASCIMENTO NONATO, Domingos do; GAMA RAIOL, Raimundo Wilson. Interação entre a acessibilidade urbanística e o direito à cidade: possibilidade de inclusão social das pessoas com deficiência. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 7, n. 2, p. 147-167, 2017.

SECRON, Luciana Bernardes; DUARTE, Cristane Rose de Siqueira. Acessibilidade em bens patrimoniais: reflexões por meio de proposta de espaço de lazer infantil no Parque do Flamengo, RJ. Encontro Nacional de Ergonomia do Ambiente Construído, 8 e do Seminário Brasileiro de Acessibilidade Integral, 9, 2020. **Anais [...]**, São Paulo: Blucher, 2020. p. 8-23. Disponível em: <https://www.proceedings.blucher.com.br/article-list/eneac2020-341/list/#articles>. Acesso em: 15 abr. 2024.

SILVA, Kátia Ariane. Acessibilidade para deficientes visuais: um estudo nos museus de Belo Horizonte. **Revista Temas em Educação**, v. 25, n. 1, p. 91-113, 2016.

PIVETTA, Laís Marques; PONTE, Aline Sarturi; ANVERSA, Andreisi Carbone; DELBONI, Miriam Cabreira Corvelo. Acessibilidade para pessoas com deficiência física em locais de lazer. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 3, p. e15932331, 2020.

1 Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional e graduado em Engenharia Civil, Centro Universitário do Sul de Minas – UNIS-MG; Especialista em Engenharia de Estruturas Centro Universitário do Sul de Minas – UNIS-MG. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8882-4861>. E-mail: jaqueslei@hotmail.com

2 Doutora em Engenharia Civil, Universidade de São Paulo (1995); Mestra em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo; Graduada em Engenharia Civil, Universidade Estadual de Campinas; Pós-doutora no Laboratoire des Materiaux et Durabilité des Constructions – LMDC do Institut National des Sciences Appliquées – INSA (Toulouse, França), no Instituto de Ciencia e Tecnología del Hormigón – ICITECH, da Escola Politécnica de Valência (UPV) (Valência, Espanha) e no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, São José dos Campos, Brasil; Professora Titular – FEC/UNICAMP; Professora e pesquisadora voluntária do Departamento de Engenharia Civil da Universidade Estadual Paulista – UNESP; Diploma DRIT - Diplôme de Recherche de l'INSA de Toulouse; Membro do Instituto Brasileiro do Concreto – IBRACON; Assessora ad-hoc da CAPES, do CNPq, da FAPESP, da Unicamp (SAE, FAEPEX, PIBIC); Assessora científica de vários periódicos nacionais e internacionais, assessora científica de eventos; Experiência na área de Engenharia Civil e Arquitetura, com ênfase em Materiais e Componentes de Construção, nos temas: materiais para construção, aglomerantes minerais, argamassas, concretos e reciclagem de materiais; Atua em gerenciamento do projeto e do produto e de projetos de pesquisa, desenvolvimento sustentável e economia circular e reaproveitamento de resíduos industriais e de construção. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4536-9699>. E-mail: gcamarini@gmail.com

3 Doutora (2004) e Mestra (2000) em Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas; Graduada em Engenharia Civil, Escola de Engenharia de Piracicaba (1984); Professora em regime de dedicação integral da Pontifícia Universidade Católica de Campinas; Coordenadora do Programa de Mestrado em Sistemas de Infraestrutura Urbana e da Faculdade de Engenharia Civil; Membro do Grupo de Pesquisa “Tecnologia do Ambiente Construído”; Foi membro do comitê Técnico SINAT Convencionais no âmbito do PBQP-H do Ministério das Cidades até 2020 e do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos; Experiência na área de Engenharia Civil, com ênfase em Materiais e técnicas de construção civil, atuando principalmente nos temas: concreto, resíduo de construção civil, materiais alternativos, durabilidade e sustentabilidade na construção civil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5146-0451>. E-mail: lialorenapimentel@gmail.com

Recebido em: 29 de Abril de 2025

Avaliado em: 11 de Junho de 2025

Aceito em: 6 de Setembro de 2025



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>

Copyright (c) 2025 Revista Interfaces Científicas - Humanas e Sociais



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License.